



A prática inclusiva no processo de educação de crianças deficientes

The inclusive practice in the process of education of disabled children

Juciara Inácio dos Santos¹; Lázaro Heleno Santos de Oliveira²;
Jéssica Alves Inácio dos Santos³; Joicielly França Bispo⁴;
Maria José de Brito Araújo⁵

Página | 3090

⁽¹⁾ORCID: 0000-0003-2921-7353; Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia; Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), *Campus I*, Arapiraca – AL, BRAZIL. E-mail: juciariainacio43@gmail.com;

⁽²⁾ORCID: 0000-0001-8759-0872; Acadêmico de Enfermagem; Centro Universitário Tiradentes (UNIT), *Campus Maceió* – AL, BRAZIL. E-mail: lazarooliveira99@hotmail.com;

⁽³⁾ORCID: 0000-0002-0924-8286; UNEAL, *Campus I*, Arapiraca – AL, Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia, BRAZIL. E-mail: jessica.alves.2785@gmail.com;

⁽⁴⁾ORCID: 0000-0001-9701-8968; UNIT/AL, *Campus Maceió* – AL, Acadêmica de Enfermagem, BRAZIL. E-mail: joicielly.franca@souunit.com.br;

⁽⁵⁾ORCID: 0000-0002-9641-3015; UNEAL, *Campus I*, Arapiraca – AL, Professora do Curso de Licenciatura em Pedagogia, BRAZIL. E-mail: mjbaraujo@yahoo.com.br.

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 28 de julho de 2020; Aceito em: 10 de agosto de 2020; publicado em 10 de 10 de 2020. Copyright© Autor, 2020.

RESUMO: Introdução: Portadores de deficiências, apresentam limitações de atividades e restrições de participação social, o que implica na qualidade da educação desses indivíduos. **Objetivo:** destacar as práticas de inclusão como abordagem didática diante do processo de educação de crianças com deficiências ou distúrbios. Demonstrando as dificuldades de aprendizagem, apresentando aspectos relacionados à saúde desses indivíduos e a importância do papel do professor, da escola e da família nesse contexto, além disso, destacar a intervenção com ferramentas pedagógicas, visando facilitar o processo de ensino/aprendizagem de acordo com a especificidade de cada aluno. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura realizado entre maio e junho de 2020. Incluindo artigos, teses e publicações científicas disponíveis eletronicamente na íntegra, além de dados de órgãos internacionais e governamentais, em língua portuguesa e inglesa, publicados entre os anos de 2001 a 2020. **Resultados e Discussão:** Foi observado que as práticas inclusivas são medidas eficazes e essenciais no processo de educação de crianças com deficiências ou distúrbios, são necessárias para atender as dificuldades de aprendizagem apresentadas por esses indivíduos. Estas práticas apresentam como enfoque intervenções com o uso de ferramentas pedagógicas, que facilitam o processo de ensino/aprendizagem de acordo com a especificidade que cada aluno apresenta, garantindo assim, maior interação social, melhores condições de aprendizagem e maior autonomia para estes alunos. Diante desse contexto a família, os professores e a escola se mostram essenciais em todo desenvolvimento desse processo. **Conclusão:** Dessa forma é essencial a implementação das práticas inclusivas no âmbito escolar para uma educação mais democrática entre as diferentes necessidades de cada estudante além disso é notável que apesar dos avanços nas políticas públicas ao longo dos anos, os aspectos relacionados ao acesso à saúde e a condições socioeconômicas desses indivíduos ainda são precários, cabendo maiores investimentos diante dessas circunstâncias, para assim, garantir a efetivação plena de todos os direitos das pessoas com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Atividades Educacionais, Deficiência, Inclusão.

ABSTRACT: Introduction: People with disabilities have activity limitations and restrictions on social participation, which implies the quality of education for these individuals. **Objective:** to highlight inclusion practices as a didactic approach to the education process of children with disabilities or disorders. Demonstrating the learning difficulties, presenting aspects related to the health of these individuals and the importance of the role of the teacher, the school and the family in this context, in addition, highlight the intervention with pedagogical tools, aiming to facilitate the teaching / learning process according to the specificity of each student. **Methodology:** This is a narrative review of the literature carried out between May and June 2020. Including articles, theses and scientific publications available electronically in full, in addition to data from international and governmental bodies, in Portuguese and English, published among the years 2001 to 2020. **Results and Discussion:** It was observed that inclusive practices are effective and essential measures in the education process of children with disabilities or disorders, they are necessary to meet the learning difficulties presented by these individuals. These practices focus on interventions with the use of pedagogical tools, which facilitate the teaching / learning process according to the specificity that each student presents, thus ensuring greater social interaction, better learning conditions and greater autonomy for these students. Given this context, the family, teachers and the school are essential in all development of this process. **Conclusion:** Thus, it is essential to implement inclusive practices in the school environment for a more democratic education among the different needs of each student. In addition, it is notable that despite advances in public policies over the years, aspects related to access to health and the socioeconomic conditions of these individuals are still precarious, with greater investments in view of these circumstances, in order to guarantee the full realization of all the rights of people with disabilities.

KEYWORDS: Educational Activities, Disability, Inclusion.

INTRODUÇÃO

De acordo com a World Health Organization (WHO), a classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) determina o conceito de deficiência como um termo genérico que abrange deficiências, limitações de atividades e restrições de participação. Essas deficiências consistem no convívio entre as pessoas com uma condição de saúde, como paralisia cerebral, síndrome de Down e depressão, além de abranger outros fatores, como os pessoais, relacionados ao ambiente e a sociedade (WHO, 2018).

No que diz respeito ao acesso a meios de reabilitação, é notável a existência de grandes desigualdades, principalmente em países subdesenvolvidos, onde apenas 3% da população que apresentam a necessidade de cuidados de reabilitação tem acesso a esse tipo de serviço (WHO, 2002, apud MALTA *et al.*, 2016). Com a finalidade de proporcionar ações destinadas a reabilitação, educação, promoção de direitos e oportunidades iguais às dos demais membros da sociedade, em 1982, foi aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Programa de Ação Mundial referente às Pessoas Deficientes, Resolução 2.542/75 (apud BRASIL, 2008a).

Esse programa foi aprovado em consequência da declaração de 1981 como o Ano Internacional da Pessoa com deficiência pela ONU, que evidenciou e trouxe como discussão, as condições dos indivíduos portadores de deficiência em todo o mundo, destacando a situação dos países em desenvolvimento, nos quais as baixas condições econômicas e as desigualdades sociais proporcionam uma intensificação das dificuldades dessas pessoas (BRASIL, 2008a).

A estimativa é de que haja mais de um bilhão de pessoas no mundo que vivam com algum tipo de deficiência, distúrbio ou incapacidade, o que equivale a aproximadamente 15% da população mundial (WHO, 2011). Cabe destacar que no mundo, em torno de 10% das crianças nascem ou adquirem algum tipo de deficiência, seja ela física, mental ou sensorial, que apresentam reflexos negativos para o desenvolvimento (WHO, 2002, apud MALTA *et al.*, 2016).

Em relação à educação, uma das questões que atrapalha o trabalho com alunos que apresentam diagnósticos do problema em discussão, se refere às implicações emocionais que esses alunos ocasionam na relação com os professores ou colegas de classe (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005), porém, o professor deve ter consciência de

como educar, além de precisar dominar os saberes que fazem parte do ser professor e os diversos saberes que necessitará para realizar o seu trabalho (BUZETTI, 2015).

A alfabetização é o processo em que a criança começa a desenvolver habilidades para a leitura e escrita do sistema alfabético (BRASIL, 2019). De acordo com a meta 5 do Plano Nacional de Educação, o término dessa fase deve acontecer no final do 3º ano do ensino fundamental, ou seja, quando a criança estiver com 8 anos (BRASIL, 2014). Ainda convém destacar que, para que a construção da educação seja socialmente justa e democrática é indispensável que os professores, gestores e as instituições de ensino se responsabilizem pela alfabetização dos alunos (BRASIL, 2017).

Durante a alfabetização a leitura e a escrita necessitam ser ampliadas, proporcionando através desse aprendizado uma maior autonomia e protagonismo dos alunos, dentro de uma concepção crítica, de inserção na sociedade em vista da sua transformação. Com isso, as crianças, incluindo até mesmo as que precisam de um atendimento educacional especializado aprendem refletir e questionar sobre as questões que fazem parte do seu cotidiano. (PERTUZATTI; DICKMANN, 2019).

A inclusão na escola está para além do acesso e permanência do aluno na sala de aula do ensino regular, este também deve ter direito ao desenvolvimento de suas potencialidades, igualdade de direito à participação e que sejam respeitados os limites e condições desses alunos (Dias; Medeiros, 2020). Conforme apresenta o documento Saberes e Práticas da Inclusão, na Educação Especial é preciso exigir diversas ações pedagógicas que abranjam as necessidades dos alunos e devem respeitar suas diversidades (BRASIL, 2003).

Dado o exposto, é perceptível a necessidade do desenvolvimento de estudos relacionados às práticas inclusivas voltadas a crianças portadoras de algum tipo de deficiência ou distúrbio, portanto, justifica-se a realização desta pesquisa, visto o alto índice de pessoas deficientes e as diversas dificuldades apresentadas por essa população, principalmente aquelas relacionadas a sua aprendizagem e inclusão escolar.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo destacar as práticas de inclusão como abordagem didática diante do processo de educação de crianças com deficiências ou distúrbios. Demonstrando as dificuldades de aprendizagem, apresentando aspectos relacionados à saúde desses indivíduos e a importância do papel do professor, da escola e da família nesse contexto, além disso, destacar a intervenção com

ferramentas pedagógicas, visando facilitar o processo de ensino/aprendizagem de acordo com a especificidade de cada aluno.

REFERENCIAL TEÓRICO

Diante do modelo heterogêneo em que se constrói a sociedade, de forma geral, existe uma tendência de grupos socialmente privilegiados reproduzirem o processo de dominação sobre aqueles menos favorecidos, promovendo dessa forma, intensas desigualdades sociais. Os indivíduos portadores de algum tipo de deficiência, são uma parte da população que se apresenta historicamente excluída do convívio social, como consequência de suas características ou comportamentos, que em geral são vistos como divergentes em relação às pessoas consideradas “normais” (MOREIRA; MICHELS; COLOSSI, 2006).

Entretanto, perante os avanços democráticos e de melhores delimitações dos direitos civis e políticos da humanidade, de forma gradual, os relacionamentos entre grupos sociais distintos têm evoluído de forma positiva. Nessa perspectiva a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1990, delimitou que até o ano de 2010, seria necessário e importante que toda a população mundial se aproximasse em benefício da efetivação de uma sociedade mais inclusiva (MOREIRA; MICHELS; COLOSSI, 2006).

Em relação à educação, os debates sobre o tema não são recentes, os relatos mostram que eles se estabeleceram por volta do século XVIII, voltados a educabilidade das crianças com deficiências do tipo sensorial (surdas e cegas). Já em meados do século XIX, os olhares foram direcionados para aquelas que apresentavam deficiências intelectuais. Porém, na década de 1980, essas discussões seguiram uma nova direção, se concentrando principalmente sobre a problemática da integração escolar desses indivíduos em confronto com os modelos tradicionais de educação (PLAISANCE, 2005).

Dessa forma, a inclusão de portadores de deficiências tanto na educação como em outros âmbitos da sociedade, pode ser considerado um movimento relativamente recente, surgindo na esfera global em 1980, resultante da criação do Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes (PAM) pela ONU, que apresentava como objetivo principal a prevenção de deficiências, a reabilitação e promoção de igualdade, além da

participação efetiva na sociedade e no desenvolvimento (MOREIRA; MICHELS; COLOSSI, 2006).

Nesse sentido, de acordo com Moreira, Michels e Colossi (2006), o Brasil tem buscado promover evoluções em setores sociais, com a pretensão de intensificar a inclusão das pessoas portadoras de deficiência no âmbito da educação, assim como no mercado de trabalho, nos esportes, atividades de lazer e em todo o contexto socialmente desenvolvido. Para isso as políticas educacionais nacionais vêm passando por processos de reformulação nos elementos pedagógicos, gerenciais e administrativos.

Dessa forma, para atender essas necessidades a escola deve se ajustar para atender às diversidades de seus aprendizes ao invés de somente olhar para sua deficiência ou buscar a origem do seu problema (BRASIL, 2001). Assim, de acordo com Franco e Schutz (2019), a escola transforma-se em um ambiente inclusivo quando começa a reconhecer as diferenças e dificuldades apresentadas por seus alunos perante o processo de aprendizagem e procura a participação e o avanço de todos, utilizando, redefinindo e aplicando novas práticas pedagógicas compatíveis com a inclusão.

Segundo Corrêa *et al.* (2018), as dificuldades de aprendizagem se demonstram como distúrbios em alguns processos psicológicos básicos, podendo se apresentar por meio de diversas habilidades para ouvir, pensar, falar, ler, escrever, soletrar ou até mesmo em executar simples operações matemáticas, estes processos envolvem questões relacionadas com o entendimento da linguagem, seja ela falada ou escrita.

Ainda, convém mencionar que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) traz em seu Artigo 24 que as crianças com deficiência não devem ser excluídas seja do ensino primário e secundário sob alegação de sua deficiência e que possam ter acesso ao ensino inclusivo. Nesse sentido, conforme estabelece as Diretrizes para a Educação Especial, é necessário na organização de sala de aulas comuns que os recursos didáticos sejam diversificados, que ocorra flexibilizações e adaptações curriculares que levem em consideração o conceito prático e instrumental dos conteúdos (BRASIL, 2001).

É preciso que o professor alfabetizador crie recursos pedagógicos que possam potencializar capacidades e habilidades de seus alunos. Nesse sentido, estes recursos ajudam as crianças dominarem o seu psicomotor, motivam e despertam seus interesses, intensifica a aprendizagem e a capacidade de observação, contribuem para uma maior interação em sala de aula e favorece a fixação dos conteúdos (REGANHAM, 2006).

Ainda é pertinente dentro dessa aprendizagem que o professor expresse seu afeto e analise seu aluno, dedique tempo e comunicação, assim como conhecer a realidade deste (SANTOS, 2012).

Para garantir aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais existe o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual tem como objetivo elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade capazes de eliminar empecilhos para a efetiva participação dos alunos, levando em consideração suas necessidades (BRASIL, 2008b). Sendo assim, cabe ao professor do AEE produzir, pesquisar e principalmente propor a aquisição de recursos e acompanhar o aluno em todo seu processo de inclusão em sala de comum (FRANCO, SCHUTZ, 2020).

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizado entre maio e junho de 2020.

Os estudos de revisão consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área. As revisões de literatura podem apresentar uma revisão para fornecer um panorama histórico sobre um tema ou assunto considerando as publicações em um campo (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014, p. 167).

A construção dessa revisão ocorreu a partir de estratégias de buscas feitas com os descritores: Atividades Educacionais, Deficiência e Inclusão, de acordo com o DECs (Descritores em Ciências da Saúde), nas bases de dados, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Os critérios de inclusão foram artigos, teses e publicações científicas disponíveis eletronicamente na íntegra, além disso, também foram utilizados dados de órgãos internacionais e governamentais, em língua portuguesa e inglesa, publicados entre os anos de 2001 a 2020, os critérios de exclusão foram artigos que não atendiam ao objetivo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Silva e Carvalho (2017) apontam que há uma necessidade da inserção de adaptações e uso de recursos no ensino objetivando a efetivação do processo de inclusão. Se fazem necessárias as adequações metodológicas, pedagógicas, de infraestrutura e comunicativas para o progresso do ensino. Para efetivação desse processo de inclusão escolar é imprescindível que se tenha um olhar mais amplo, levando em consideração as diversidades e especificidades de cada aluno, adaptando questões didáticas, como recursos e estratégias de ensino, e questões estruturais, sendo estas o ambiente interno e externo da instituição.

Todos os indivíduos envolvidos envolta desse contexto, devem se adequar a essas circunstâncias, pois não conhecer as especificidades do aluno ocasiona em propostas de ensino inadequadas, impedindo assim, o desenvolvimento de suas potencialidades, podendo com isso, levar a evasão escolar. Sendo assim, desenvolver ações institucionais organizadas baseadas no entendimento do aluno possibilita uma redução no número de evasão do ambiente escolar (SILVA; CARVALHO, 2017).

Como parte do processo de inclusão na educação devem ser adotados recursos conhecidos como ferramentas pedagógicos ou didáticas, que segundo Reganham (2006) são essenciais no ensino para os alunos deficientes ou com distúrbios, pois são capazes de motivar, estimular, favorecer o desenvolvimento e também a aprendizagem. Vale ressaltar que alguns dos recursos pedagógicos são utilizados para minimizar as limitações funcionais, motoras e sensoriais dos alunos como meio de facilitação no processo de aprendizagem, esses recursos podem ser adaptados pelo professor de acordo com a necessidade dos alunos, podendo ser chamado de “ajudas técnicas” (BRASIL, 2006).

De acordo com o Instituto Benjamin Constant (IBC), os recursos didáticos fazem parte do ensino para qualquer aluno, porém se destacam na educação especial, sendo definidos como recursos físicos que podem ser usados em qualquer disciplina ou atividade, com o intuito de ajudar o aluno no processo de aprendizagem (CERQUEIRA; FERREIRA, 2000 apud IBC, 2019). Para distinguir quais recursos devem ser utilizados, o professor deve instigar o aluno a desenvolver todas as suas habilidades com o uso de recursos variados, contribuindo para o seu desenvolvimento e identificando os recursos ideais (REGANHAN, 2006).

Segundo Cavalcante (2012), as ferramentas pedagógicas devem ser pensadas de acordo com a particularidade de cada criança e sua necessidade especial, Sendo assim, esses mecanismos são de suma importância na alfabetização das crianças, de acordo com os conhecimentos do professor e sua criatividade, o mesmo pode introduzir aos alunos, ferramentas que facilitem sua aprendizagem e autonomia, dessa forma os alunos conseguem desenvolver seu potencial ao máximo (BRASIL, 2006).

Porém, um dos empecilhos do processo de inclusão educacional é a posição da família da criança ou adolescente com necessidades educacionais especiais. O nascimento de um filho deficiente geralmente traz alguns impasses no âmbito familiar, acompanhados de sentimentos como de culpa, negação e frustração. Os primeiros anos da criança fazem parte do momento de suas mais férteis aquisições de aprendizado, as quais têm a possibilidade de serem prejudicadas se a família não poder ter a ajuda necessária para reconhecer seu filho como pessoa que possui várias possibilidades (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005).

A escola por configurar-se como um segundo ambiente de socialização do aluno, tem responsabilidade no que se refere a proporcionar um ambiente favorável ao seu aprendizado, qualidade de vida e acessibilidade para essas criança, de acordo com suas necessidades, junto a sua família e comunidade, além de também representar um papel essencial em todo o processo de desenvolvimento da mesma, seja ele intelectual, pessoal ou social (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005).

Nesse contexto, de acordo com Arizona (2017), a família exerce um papel extremamente importante na vida da pessoa com deficiência, visto que já nos primeiros anos de vida, esta precisa de cuidados especiais, além de ter também grande importância no processo educacional desde que a criança é inserida na escola. Em contrapartida, as escolas para atender as necessidades educacionais dessas crianças precisam organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que contribuam para o avanço da aprendizagem, assim como a valorização das diferenças dos alunos (BRASIL, 2008c).

Atualmente a maioria dos pais conhecem o direito ao acesso e permanência que seu filho tem na escola de rede regular e assim procuram ingressá-lo nessa escola. Além disso, as famílias das crianças deficientes estão cada vez mais cientes aos direitos referentes à Educação Especial, porém, no que diz respeito à participação, as famílias em alguns casos não conseguem identificar o que está faltando na escola para que o aluno

tenha a sua efetiva inclusão escolar (FRANCO, SHTUZ, 2020). Sendo assim, para Cruz (2013), percebe-se a necessidade da investigação do ponto de vista da família se tratando da inclusão do sujeito com deficiência.

Além dos aspectos de âmbito educacional, é importante considerar as condições de saúde dessa população, o que influencia diretamente em sua educação e integração social, visto que o indivíduo portador de deficiência além das especificidades de sua condição, também é um cidadão que pode ser afetado por doenças e agravos considerados comuns, carecendo de outros tipos de serviços além daqueles relacionados à sua condição. Portanto, devem ser assistidos e acompanhados não apenas em instituições específicas de reabilitação, mas também nos mais diversos níveis de complexidade e de especialidades (BRASIL, 2008a).

Em relação ao processo de reabilitação, nas ações desse serviço, o indivíduo portador de deficiência, sua família e a comunidade devem ser vistos de forma simultânea, levando em consideração que eles são o centro e a prioridade do processo. Sendo que entre as ações de saúde voltadas para essa população, o diagnóstico e um encaminhamento eficaz aos serviços são vistos como extremamente necessário para a prevenção e minimização de suas limitações e desvantagens (BRASIL, 2008a).

Entre os profissionais atuantes nesse processo, estão as equipes de saúde da família que possuem um importante papel na elaboração e realização de práticas e estratégias baseada na comunidade. Também vale ressaltar, que a inserção da assistência à saúde da pessoa portadora de deficiência nas ações desses profissionais colabora para a integração dos procedimentos de prevenção e reabilitação nos diferentes níveis de complexidade (BRASIL, 2008a).

Por fim, é relevante destacar que os indivíduos com deficiência têm os mesmos direitos que todas as pessoas, porém é preciso adotar medidas especiais, que sejam efetivas e afirmativas para que dessa forma consigam viver nesse espaço (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005). Para isso a prática educativa com os alunos portadores de necessidades especiais necessita de maior aprofundamento, tanto de natureza teórica, como pragmática que estão presentes nos vários aspectos do cotidiano de uma escola. No entanto, o que pode qualificar a educação de todos os grupos de alunos é a aproximação entre teoria e prática (BRASIL, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é perceptível que as práticas de inclusão são uma abordagem eficaz diante do processo de educação de crianças com deficiências ou distúrbios, diante das diversas dificuldades de aprendizagem apresentadas por esses indivíduos, garantindo para estes maior interação social, melhores condições de aprendizagem e maior autonomia. Tendo como destaque as intervenções com o uso de ferramentas pedagógicas, facilitando o processo de ensino/aprendizagem de acordo com a especificidade que cada aluno apresenta.

Nesse contexto a família, junto aos professores e a escola se mostram essenciais em todo esse processo, além disso é notável que apesar dos avanços nas políticas públicas ao longo dos anos, os aspectos relacionados ao acesso à saúde e a condições socioeconômicas desses indivíduos ainda são precários, cabendo maiores investimentos diante dessas circunstâncias, para assim, garantir a efetivação plena de todos os direitos das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

1. ARIOZA, Carolina dos Santos. *Inclusão escolar, empoderamento familiar e o direito à educação*. 2017. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFG_0e2f958b55110ad3ca11d4cab215fb88 Acesso em: 23 jun. 2020.
2. BEYER, Hugo Otto. A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. *Inclusão: Revista da Educação Especial*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 8-12, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao2.pdf> Acesso em: 23 jun. 2020.
3. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.
4. _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008a. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_p0essoa_deficiencia.pdf. Acesso em: 23 jun. 2020.
5. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na*

- Educação Básica*. Brasília, 2008b. disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&itemid=30192. Acesso em: 18 mai. 2020.
6. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. *Inclusão: Revista da Educação especial*. Brasília, v. 4, n. 1, p. 7-17, 2008c. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020.
7. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*. Brasília, 2017. Disponível em:
http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/doc_orientador/doc_orientador_versao_final.pdf. Acesso em: 16 jun. 2020.
8. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais - DEFICIÊNCIA FÍSICA*. Brasília, 2006. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.
9. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Saberes e Práticas da Inclusão: Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais*. Brasília, 2003. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.
10. _____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Portal da Legislação*, Brasília, 2014. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 16 jun. 2020.
11. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. *Política Nacional de Alfabetização*, 2019. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf Acesso em: 24 jun. 2020.
12. BUZETTI, Miryan Cristina. *Compreensão de professores de instituição especializada sobre leitura e escrita de alunos com deficiência intelectual*. 2015. 123f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2015. Disponível em:
http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_5e7dad03a131ea7b7d778a56afd87aab. Acesso em: 19 jun. 2020.
13. CAVALCANTE, Tícia Cassiany Ferro. *Pensando a alfabetização da pessoa com deficiência intelectual*. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Caderno de educação especial: a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva. Brasília, MEC, SEB, 2012. Disponível em:
<http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/material/109.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.
14. CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*. Brasília: Presidência da

- República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=424&Itemid=. Acesso em: 23 jun. 2020.
15. CORRÊA, Maria José Quaresma Portela *et al.* Dificuldade de aprendizagem no processo de alfabetização na unidade integrada Maria Mata. *Atas do XIV Colóquio Internacional de Psicologia e Educação*, Lisboa: ISPA – Instituto Universitário, p. 129-140, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/7036>. Acesso em: 16 jun. 2020.
 16. CRUZ, Daniella Messa e Melo, *O que a família de crianças com deficiência tem a nos dizer sobre a inclusão escolar de seus filhos?*. 2013. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES_fbe408faeddfef989881b81c6670d50. Acesso em: 23 jun. 2020.
 17. DIAS, Mirian Batista Vieira Batista; MEDEIROS, Jucelia Linhares Granemann. Inclusão de alunos com deficiências na escola: trajetórias e evoluções no estado de mato grosso do sul. *Perspectivas em Diálogo*, Naviraí, v. 7, n. 14, p. 360-376, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9311>. Acesso em: 16 jun. 2020.
 18. FRANCO, Adriana Marques dos Santos Laia; SCHUTZ, Gabriel Eduardo. Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n.º. spe4, p. 244-255, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042019000800244&lang=pt. Acesso em: 23 jun. 2020.
 19. INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT (IBC). *Conversando com o Autor* - 2014. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2019. Disponível em: http://www.abc.gov.br/images/conteudo/livros/miolos_livros/_Conversando-com-o-Autor_2014.pdf. Acesso em: 24 jun 2020.
 20. MALTA, Deborah Carvalho et al. Prevalência autorreferida de deficiência no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3253-3264, out. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016001003253&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 28 jun. 2020.
 21. MOREIRA, Hélio Feliciano; MICHELS, Luciano Rhinow; COLOSSI, Nelson. Inclusão educacional para pessoas portadoras de deficiência: um compromisso com o ensino superior. *Escritos educ.* Ibirité, v. 5, n. 1, p. 19-25, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432006000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 jun. 2020.
 22. PAULON, Simone Mainieri; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca; PINHO, Gerson Smiech. *Documento Subsidiário à Política de Inclusão*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005, 48p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro%20educacao%20inclusiva.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.
 23. PERTUZATTI, Ieda; DICKMANN, Ivo. Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a base nacional comum curricular (bncc). *Ensaio: aval. pol. públ. Educ*, Rio de Janeiro, v. 27 n. 105, p. 777-

- 795, 2019. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362019000400777&lang=pt#B7. Acesso em: 25 jun. 2020.
24. PLAISANCE, Eric. Denominações da infância: fazer anormal ao deficiente. *Educ. Soc.* Campinas, v. 26, n. 91, p. 405-417, 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000200006&lng=en&nrm=iso. acesso em 25 de junho de 2020.
25. REGANHAN, Walkiria Gonçalves. *Recursos e estratégias para o ensino de alunos com deficiência: percepção de professores*. 2006. 215f. Dissertação (Mestrado em educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, 2006. Disponível em:
<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/91256>. Acesso em: 15 jun. 2020.
26. SANTOS, Cleide Selma Pereira dos. Uma abordagem teórica sobre a importância do olhar sensível do professor sobre o aluno disléxico numa perspectiva de educação inclusiva. *VI Colóquio Internacional*, São Cristovão/SE, 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10174/5/4.pdf> Acesso em: 11 mai. 2020.
27. SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, v. 23, n. 2, p. 293-308, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382017000200293&script=sci_arttext. Acesso em: 25 jun. 2020.
28. VOSGERAU, Dilmeire Sant'anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. : implicações conceituais e metodológicas. *Revista Diálogo Educacional*, [s.l.], v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014. Pontificia Universidade Catolica do Parana - PUCPR. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.ds08>. Acesso em 26 de jun. de 2020.
29. WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Disability and health*. WHO, 2018. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/disability-and-health#:~:text=Over%20a%20billion%20people%20are,have%20significant%20difficulties%20in%20functioning>. Acesso em: 23 jun. 2020.
30. _____. *World report on disability*. WHO, 2011. Disponível em: https://www.who.int/disabilities/world_report/2011/report.pdf?ua=1. Acesso em: 23 jun. 2020.